



OBS.: Sr. Licitante, solicitamos a gentileza de na véspera do certame, entrar no site da Prefeitura municipal: www.sjvriopreto.rj.gov.br, no menu "licitação", mesmo local aonde foi retirado o referido edital, para que seja observado se não houve nenhuma alteração, cancelamento ou suspensão do presente certame.

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 028/2019 – Tipo presencial

DATA DA ABERTURA : 28 de maio de 2019

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125 , 3º andar, no prédio da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Shopping Estação.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, através de seu Pregoeiro, nomeado através da Portaria G.P. nº 17 de 15 de janeiro de 2019, de conformidade com os processos administrativos nº 00001488/2019, comunica aos interessados que irá realizar **PREGÃO do tipo menor preço por item, para pronta aquisição**, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto deste **PREGÃO, PARA AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, COMPACTA, COM CARACTERÍSTICA MODULAR, REMOVÍVEL, ABERTA, PRÉ-FABRICADA, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO, TIPO CONVENCIONAL, COMPLETA DE 120 m³/h DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS I, II, III, IV, V, E VI DO REFERIDO EDITAL, PARA ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ.**

1.2 - Os parâmetros de eficiência deverão atender a Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde para água potável e em condições gerais deverão estar em conformidade com Norma Técnica da ABNT – NBR 12.216 de abril/1992 – Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público ou outras referências bibliográficas de comprovada aceitabilidade e aplicabilidade.

II- CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1 – As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados, respectivamente, a **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"** contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.2 - A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

2.3 – Somente poderão participar deste pregão as empresas que:



2.3.1 - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

2.3.2 - Comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

2.4 - Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

2.4.1 - Suspensas temporariamente nos termos da legislação vigente;

2.4.2 - Já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.4.3 - Em consórcio ou grupo de empresas;

2.4.4 - Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

2.4.5. Empresa e/ou empresário, no que couber, que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

2.4.6. Sociedade estrangeira que não funcione no país;

2.4.7. Empresa e/ou empresário com o direito de contratar com a Administração Pública suspenso ou por estar declarada inidônea;

2.4.8. Empresa e/ou empresário que esteja cumprindo penalidade que impeça de participar de licitação junto à Administração Pública;

2.4.9. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua constituição;

2.4.10 Que possua participação direta ou indireta de sócio, dirigente, diretor ou responsável ou seu proprietário tenha vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto;

2.4.11. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.5 - A participação neste Pregão importa à proponente na total, irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

ATENÇÃO LICITANTE

III- DO CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES):

3.1- O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos representantes das licitantes neste Pregão .

3.1.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos que serão anexados ao processo licitatório:

A - Tratando-se de representante legal, o Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (cópia autenticada por autenticidade ou original e cópia para ser autenticada pela comissão);

B - Tratando-se de procurador, além do documento acima (letra A) munido do original de sua carteira de identidade, ou de outra equivalência, juntamente deverá apresentar o instrumento de procuração público ou particular com firma do outorgante reconhecida por autenticidade do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados, que comprove os poderes do mandante para a outorga (cópia autenticada por autenticidade ou original e copia para ser autenticada pela comissão);

C – Declaração de pleno atendimento (modelo no anexo II do edital);

OBS.: Para fins de benefícios elencados na Lei Complementar nº 123/06 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), deverá o licitante apresentar além dos documentos acima os seguintes documentos também fora do envelope:

1) Declaração sob as penas da Lei, contendo nome Empresa, CNPJ, endereço, nº do pregão, informando que encontra-se enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa na forma prevista na LC 123/06;

3.2 – O credenciado só poderá representar uma empresa.

3.3 – O representante terá que ter poderes de assinar a ata de registro de preços a ser lavrada após a sessão, e que entrará em vigor imediatamente após a homologação do certame

As Empresas que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas no item 3.1.1, acima, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso e dar lances , porém poderão participar como observadores, tendo sua proposta válida, caso não seja cobertos os valores por eles apresentados.

IV- APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO:

4.1- No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, sendo:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
ENVELOPE Nº 02- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.1- Os envelopes deverão estar subscritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa e número do **PREGÃO**;

4.1.2- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

4.1.3- Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, salvo por fato superveniente aceito pelo pregoeiro, devidamente registrado em ata.

4.2- O **envelope nº 01** conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada nos moldes do anexo III (disponível no site: AC_LICITACAO_PR_xx_2019. **OBS:** Ler **MANUAL BETHA AUTO COTAÇÃO**), conforme regra abaixo:

A) Preço unitário, já inclusas todas as despesas com manutenção corretiva e preventiva, mão-de-obra, fornecimento, instalação, coleta de dados, treinamento, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato;

B) Deverá o licitante preencher a proposta através do arquivo deste edital disponível no site, lida e elaborada exclusivamente através do aplicativo betha auto cotação, que após devidamente preenchida e gravada será salva **em pen drive**. Caso a proposta tenha sido elaborada em planilha diferente



deste item, o licitante **será considerado desclassificado.**

C) Não sendo possível acessar os dados da proposta do licitante a partir do pen drive de que trata o item "B", deste de que a planilha esteja impressa conforme o sistema Betha disponibiliza, poderá o pregoeiro solicitar ao licitante que entre em contato com a empresa e essa envie no prazo de 30 (trinta) minutos a referida proposta via e-mail. Caso mesmo assim não seja possível acessar os dados da proposta da empresa, **o pregoeiro poderá suspender o certame para lançamento manual pelo período de horas ou dias que se fizer necessário, retornando o certame tão somente quando todas as propostas estiverem lançadas no sistema para início da fase de lances. Caso ocorra o fato em questão o pregoeiro lavrará uma ata e marcará uma data para retorno dos licitantes;**

D) Depois de preenchido a planilha e gravado em pen drive, deverá o licitante imprimir uma cópia, assinar e colocar no envelope juntamente com o pen drive.

E) **IMPORTANTÍSSIMO:** O licitante não poderá alterar a ordem dos itens, bem como as especificações, quantitativos, muito menos excluir ou incluir linhas ou itens na planilha.

4.2.1.- Validade da proposta não inferior a 12 meses.

4.2.3 - A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente:

4.2.3.1 - Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Município informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

4.2.3.2 - Assumirá integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto licitado, caso seja vencedora da licitação;

4.2.3.3 - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

4.3- O **envelope nº 02** deverá conter a documentação, em conformidade com o previsto a seguir:

4.3.1 - DA REGULARIDADE FISCAL

A - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

B - Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND) (art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93);

C - Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29, inciso IV da lei nº 8.666/93);

D - Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);

E - A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(No caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**



4.3.2 - DA REGULARIDADE TRABALHISTA

A – CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

4.3.3 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

A – Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

4.3.4 – ATESTADO TECNICO E TERMO DE GARANTIA

A – A Empresa deverá comprovar através de atestado técnico de fornecimento, que já forneceu, instalou e realizou pré-operação assistida de um sistema de tratamento com características semelhantes as solicitadas no Termo de Referência;

B - A Empresa deverá apresentar Termo(s) de Garantia assinada por pessoa credenciada juntamente com a proposta, conforme item 14 do Termo de referência.

4.3.5 - DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

B - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

C - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.3.6 – DA HABILITAÇÃO JURIDICA

A – Certidão negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica.

4.3.7 - OUTROS DOCUMENTOS

A – Documento informando: telefone e endereço de E-MAIL, bem como NOME DO RESPONSÁVEL pela assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.3.7 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

4.4- Os documentos necessários à habilitação e ao credenciamento (Certidões) poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão oficial, porém as declarações, procurações deverão ser cópias autenticadas por autenticidade;



4.5- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

4.6 - Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória a apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas, por um dos funcionários da Diretoria de Administração.

4.7. - Não serão admitidos atrasos, inclusive por motivo de autenticação de documentos.

V- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

5.1- A presente licitação é do tipo **menor preço unitário, para pronta entrega** sendo que o julgamento das propostas será realizado de conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário.

5.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas, sendo feita sua conferência e posterior rubrica, pelos servidores designados;

5.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos;

5.4- Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos de valores distintos e decrescentes sempre sobre o menor valor (lance), a partir do autor da proposta classificada de maior valor, e os demais;

5.5- Será vencedora aquela que ofertar o menor valor unitário objeto da presente licitação;

5.6- Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público;

5.7- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constante, deste Edital;

5.8- Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste Edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de menor preço unitário;

5.9- O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito;

5.10- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado;

5.11- Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;

5.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável;

5.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às sanções administrativas constante deste Edital;

5.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados as Ocorrências relevantes e que, ao final será assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, assim como pelos representantes proponentes presentes;

5.15- Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a Proposta será desclassificada.

VI - DOS RECURSOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

- 6.1- Dos atos praticados pelo pregoeiro, decorrente da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal nº 10.520/02;
- 6.2- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra razões em igual número de dias;
- 6.3- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;
- 6.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- 6.5 - Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria de Administração;
- 6.6- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 6.7- Os recursos interpostos, somente serão acolhidos nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, nesta Prefeitura.

VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 7.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:
- 7.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- 7.1.2 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.
- 7.2 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 7.3 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.4 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.
- 7.6 - Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços e o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:
- 7.6.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- 7.1.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

VIII - DO PREÇO:



- 8.1- O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;
- 8.2- Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado;
- 8.3- O preço a ser pago à detentora da ata será o vigente na data da ordem de fornecimento independentemente da data de entrega do material/serviço;
- 8.4- Não haverá reajuste de preço;
- 8.5- Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer o novo valor;

IX - DO FORNECIMENTO e RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 – A entrega dos projetos e a instalação completa da estação com tanques, equipamentos e demais itens necessários para operação da estação, juntamente com a execução do start-up e operação assistida, deverá ser contada a partir da assinatura do contrato conforme abaixo:

- Projeto: 30 dias
- Equipamentos: 120 dias.

9.2 – Todos os materiais, objeto do fornecimento, deverão ser entregues, preliminarmente, no Centro de Cultura, na Rua Alfredo Jacinto Franco, nº 88, Bairro Centro, Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP 25.780-000. Caso o local definitivo para instalação da ETA esteja definido pelo Poder Executivo e apto para receber o equipamento até o prazo máximo de entrega de todo o material, conforme item 17, o novo local de entrega será comunicado a contrata por meio da Secretaria de Administração.

9.3 - O recebimento definitivo do objeto será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência Anexo IV do edital.

9.4 – Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

9.5 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

9.6 - O aceite/aprovação dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

9.7 - Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

X - DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1- Os pagamentos serão efetuados a licitante contratada pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, devendo as faturas serem apresentadas no Protocolo Geral do Município com toda a documentação necessária para efetivação do pagamento de acordo com as formalidades legais e contratuais previstas;

10.2- Quando o objeto da licitação for serviço, no momento do pagamento, serão descontados os seguintes valores:

- 10.2.1 – INSS: 11% (onze por cento);
- 10.2.2 – Imposto Sobre Serviço (I.S.S.): 2% (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) e
- 10.2.3 – Imposto de Renda: 1,5% (um e meio por cento)



10.3 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1- É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

11.2 - Fica assegurada o pregoeiro o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

11.3- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

11.4- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

11.5- Após a apresentação da Proposta não cabe desistência da mesma salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceite do Pregoeiro;

11.6- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro ao contrário;

11.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;

11.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;

11.9- Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, ficando a decisão a critério da Comissão de Licitação.

11.10- Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro;

11.11- Aos casos omissos aplicar-se-á as disposições das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 1239/03 e 1738/07.

11.12- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

11.13 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

11.14- O foro da Cidade de São Jose do Vale do Rio Preto, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

XII - ANEXOS:

12.1- Anexo I (Valor do objeto);

12.2- Anexo II (Modelo de declaração de pleno atendimento);



12.3- Anexo III (Proposta – disponível no site, juntamente com os anexos I e o Edital, deverá ser apenas preenchido e salvo em PEN-DRIVE, conforme regras estabelecidas no item 4.2 do referido Edital);

12.4- Anexo IV (Termo de referência e plano de Trabalho);

12.5- ANEXO V (Minuta de Contrato).

12.6- Anexo VI (Modelo de declaração de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte)

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Os recursos orçamentários para o pagamento do objeto contratado correrão à conta da dotação no orçamento – programa de trabalho das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Jose do Vale do Rio Preto.

13.1.1- Reservas Orçamentária nºs.:

A- 824/2019 PROJETO ATIVIDADE 2.074 ELEMENTO 4.4.90.51.00.00.00.0002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DAES e 839/2019 PROJETO ATIVIDADE 2.074 ELEMENTO 4.4.90.51.00.00.00.0002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DAES.

B- Valor total estimado da licitação R\$ 794.561,00 (Setecentos e noventa e quatro mil e quinhentos e sessenta e um reais).

13.2 – Qualquer outro órgão ou entidade da Administração poderá utilizar a presente Ata de Registro de Preços, desde que utilize sua dotação orçamentária.

XIV - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

14.1 - Os interessados poderão adquirir o Edital, na sala de licitações / Comissão Municipal de pregão, na Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125, 3º andar, no prédio da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Shopping Estação, ou diretamente no site www.sjvriopreto.rj.gov.br.

14.2 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser feitas através da linha telefônica (24) 2224 1552 ou no endereço informado no parágrafo anterior até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

14.3- Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão de pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.

14.4 - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, sendo que no caso de impugnação deverá ser autuado até 2 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes de proposta e de 3 (três) dias úteis após o ato que o deu causa.

14.6 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento.

14.7 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial.

14.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

São Jose do Vale do Rio Preto, 14 de maio de 2019.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
=Pregoeira=



ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO AO EDITAL**

À
Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Edital de Pregão nº ____/20__

A empresa _____ (Razão Social da Licitante), CNPJ
_____ (número), sediada na Rua _____, nº
_____, _____ Bairro/Cidade), **DECLARA** ao
Município de São José do Vale do Rio Preto, sob as penas da Lei, que:

- a) Atende a todas as condições de habilitação no processo licitatório/administrativo em epígrafe, não existindo quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação;
- b) Não foi declarada inidônea, por ato do Poder Público (em âmbito Federal, Estadual ou Municipal), para licitar ou contratar com a Administração Pública,
- c) Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;
- d) Não possui em seus quadros funcionário ou sócio ocupante de cargo público (efetivo, comissionado) no Poder Executivo ou Legislativo do Município de São José do Vale do Rio Preto.
- e) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser expressão de verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.



ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

**AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA,
COMPACTA, COM CARACTERÍSTICA MODULAR,
REMOVÍVEL, ABERTA, PRÉ-FABRICADA, CONSTRUÍDA EM
AÇO CARBONO, TIPO CONVENCIONAL, COMPLETA DE 120
m³/h PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO
PRETO - RJ**

OBJETO DO FORNECIMENTO: Estação de Tratamento de Água, compacta, com característica modular, removível, aberta, pré-fabricada, construída totalmente em Aço Carbono, tipo convencional, completa, com vazão nominal de 120m³/h.

DISPOSIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

1. INTRODUÇÃO

A presente especificação técnica refere-se ao fornecimento completo (desde a fabricação, transporte, manuseio, instalação, montagem e pré-operação assistida) da Estação de Tratamento de Água, a qual deverá ser composta de unidade convencional, com vazão nominal de 120 m³/h (cento e vinte metros cúbicos por hora), materiais construtivos em Aço Carbono, com as devidas proteções contra as mais variadas condições de esforços mecânicos e/ou ações químicas, decorrentes dos processos operacionais a que será submetido.

Os parâmetros de eficiência deverão atender a Portaria de Consolidação nº 05/17 do Ministério da Saúde para água potável e em condições gerais deverão estar em conformidade com Norma Técnica da ABNT – NBR 12.216 de abril/1992 – Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público ou outras referências bibliográficas de comprovada aceitabilidade e aplicabilidade.

O processo de tratamento deverá ser composto pelas seguintes fases ou unidades básicas:

- Sistema de Preparação e de Dosagem de Produtos Químicos, necessários à coagulação, floculação, desinfecção e correção de pH;
- Sistema de Mistura Rápida com os Produtos Químicos e de Medição de Vazão da Água Bruta;
- Sistema de Floculação Mecânica de Multi -Estágios;
- Sistema de Decantação Lamelar;
- Sistema de Filtração de Dupla Camada, por processo de taxas declinantes e lavagem recíproca (sem utilizar bombeamento ou reservatório elevado, para lavagem dos filtros).



O sistema proposto deverá ser adequado para tratar águas com características físico - químicas e hidrobiológicas dentro dos seguintes limites:

- Turbidez: < 800 NTU;
- Cor Aparente: < 300mg/L Pt Co;
- Ferro Total: < 10mg/L Fe;
- Oxigênio consumido em meio ácido: <10 mg/L O₂.

O sistema deverá apresentar características modulares, e possuir condições simples de montagens e desmontagens.

Na proposta, deverá constar o cronograma completo, sendo apontadas todas as etapas do processo, desde a fase de fabricação até a pré-operação.

No caso da impossibilidade de atendimento a certos detalhes das especificações devido a alguma técnica diferente de execução, o fornecedor deverá descrever completamente os aspectos que, porventura, apresentem diferenças em relação as especificações da PMSJRP, para que esta avalie e formule parecer aceitando ou não a especificação distinta, desde que em conformidade com o objeto da contratação.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

A ETA deverá ser fabricada em Aço Carbono SAE 1020, com espessura 3/16", será do tipo de tanques abertos, com trabalho a pressão atmosférica, de fluxo horizontal.

A Estação de Tratamento de Água deverá ser composta de partes removíveis e integralmente reaproveitáveis, reutilizáveis em outros locais, cujas dimensões e pesos máximos unitários deverão estar dentro dos limites padrão para o transporte rodoviário, sobre veículo adequado.

A unidade deverá ser instalada sobre bases de concreto.

3. OBJETO DO FORNECIMENTO

A Estação de Tratamento de Água será composta pelas seguintes unidades:

- Canal de Entrada e Medição de Vazão, através de Calha Parshall ou Vertedor Triangular;
- Câmaras de Flocculação;
- Câmara de Decantação;
- Câmara de Filtração, com carga de Material Filtrante;
- Conjunto de Manobras com Válvulas;
- Sistema auxiliar de Preparação, Acumulação e Dosagem de Produtos Químicos.

3.1 O Canal de Entrada

Dotado de Calha Parshall, com régua graduada, ou Vertedor Triangular graduado para controle da vazão de entrada aonde serão dosados os produtos químicos necessários para a formação dos flocos que garantem a clarificação da água.



O canal de mistura rápida deverá ter tempo de retenção de 1 a 60 segundos e com gradiente de velocidade de $1000s^{-1}$, o que assegurará uma perfeita mistura e dispersão adequada da água com os produtos químicos.

3.2 A Câmara de Flocculação

Câmara principal, dividida em 03 (três) sub-câmaras, que através de 01 (um) floculador mecânico de paletas horizontais, acionado através de moto-redutor de baixa velocidade e com dimensões projetadas que garantem os gradientes de velocidade adequados para formação dos flocos com as características ideais para a decantação. Os gradientes variam de 20 a $60s^{-1}$ e o tempo de retenção na câmara é de no mínimo 20 minutos.

3.3 A Câmara de Decantação Lamelar

A Câmara deverá ser constituída por placas paralelas dispostas com inclinação de 45° a 60° para que o fluxo da água ascendente permita a separação dos flocos formados.

O sistema operará com fluxo laminar, e a disposição das placas garantirá uma alta eficiência de decantação.

As placas da decantação deverão ser de PVC e o grau de inclinação garantirá que a lama siga preferencialmente ao fundo do decantador.

As paredes do fundo do decantador deverão ser construídas com formas geométricas inclinadas para permitir acumulação e melhor decantabilidade do lodo.

Na parte inferior da câmara de decantação deverá ser instalada a tubulação de coleta do lodo decantado e na parte superior as canaletas de coleta da água decantada e de ligação com o sistema de filtração.

O sistema de decantação deverá operar com taxa de aplicação de 120 a 200 m^3/m^2 . dia.

A descarga de lodo deverá ser automática, através de válvula pneumática ou elétrica.

3.4 Filtros

Os filtros, deverão ser operados por processo de filtração do tipo descendente por taxas declinantes.

A retrolavagem será realizada com água filtrada, através de manobras do operador, acionando o quadro de válvulas.

O Sistema de Filtração deverá operar com taxas de filtragem de 8 $m^3/m^2.h$ e de retrolavagem de 36 $m^3/m^2.h$ a 40 $m^3/m^2.h$.

Os filtros deverão ser dotados de drenos, leito filtrante de dupla camada de areia e antracito, calhas coletoras, tubulação e válvulas de entrada de água a tratar e saída de água de lavagem.

3.5 Plataforma de Acesso

Para o acesso as unidades de tratamento, deverão ser fornecidas e instaladas escadas com corrimão e passarelas de acesso sobre as unidades de tratamento de água, com guarda - corpo, em toda a extensão do sistema instalado, para que se tenha visualização, com segurança, das etapas do



tratamento, bem como acesso aos acionamentos hidráulicos, mecânicos e outros, para efeito de manutenção. Para acessos de acionamentos hidráulicos pela plataforma (parte superior), devem ser previstas aberturas adequadas e protegidas nas passarelas.

A plataforma de acesso deverá ser em aço carbono, com pedestais, passadiços, guarda-corpos, escada e corrimãos fabricados em vigas, tubos e chapas revestidas com pintura epóxi.

3.6 Preparação e Dosagem de Produtos Químicos:

Os produtos químicos necessários para a floculação da água a ser tratada deverão ser preparados em tanques de preparo dotados de misturadores, construídos em material compatível com o produto a ser preparado. Os tanques deverão ser dimensionados com um volume suficiente para garantir a operação mínima de 12 horas.

A dosagem dos produtos químicos deverá ser feita através de bombas dosadoras com capacidade compatível com a necessidade de dosagem do sistema.

3.6.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- **TANQUE DE PREPARO DAS SOLUÇÕES:**
 - Tipo: Cilíndrico Vertical Aberto, fundo plano;
 - Material: Polietileno;
 - Volume: 1000 litros;
 - Soluções: Coagulante / Alcalinizante / Desinfetante;
 - Quantidade: 03 (três).
- **AGITADOR MECÂNICO RÁPIDO:**
 - Tipo: Rápido;
 - Eixo e Hélice: Aço Inox AISI 304;
 - Motor: 1,0 CV, 220/380 V;
 - Rotação: 1700 rpm;
 - Quantidade: 02 (dois).
- **BOMBA DOSADORA:**
 - Tipo: Diafragma;
 - Capacidade: 0-60 L/h x Cabeçote;
 - Pressão: 4,0 kgf/cm²;
 - Número de Cabeçotes: 01 (um)
 - Potência: 0,5 CV, 220/380 V;
 - Quantidade: 04 (quatro) sendo 01 (uma) reserva.

Observação:

Será de responsabilidade do fornecedor, a interligação hidráulica, incluindo tubulação, válvulas e conexões, em PVC, entre a bomba dosadora e pontos de dosagem no canal de entrada da ETA (CALHA PARSHALL).



4. QUADRO DE COMANDO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As unidades de flocladores mecânicos e todos os equipamentos eletromecânicos necessários ao funcionamento da ETA deverão ser controlados por um ou mais quadros de comandos elétricos dimensionados dentro das Normas e condições estabelecidas na NR10.

A contratada deverá fornecer o projeto com as especificações e listas de componentes do quadro e todos os equipamentos e materiais elétricos necessários à operação da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, sendo interligados por cabos elétricos e eletrodutos nas bitolas e especificações correspondentes as potências dos equipamentos, excluída a iluminação da planta, para análise e aprovação prévia da PMSJVRP que fará inspeção dos equipamentos.

5. CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

Deverá ser anexado junto à proposta do Pregão, dados e informações que permitam a avaliação da conformidade do objeto ofertado em relação à Especificação desse Termo de Referência.

Deverão ser fornecidos no mínimo os seguintes dados:

- Planta baixa ou croquis indicando todas as unidades de tratamento, plataforma de operação, tubulações, bases de concreto, casa de química, laboratório, e outros, e o sentido de fluxo do processo de tratamento;
- Memoriais descritivo e de cálculo informando:
 - A quantidades de unidades de floculação; incluindo o tempo de detenção no processo de floculação, as curvas de calibração dos gradientes de velocidades dos flocladores, as velocidades e dimensões das tubulações de escoamentos, interligações e drenos; em conformidade com a Norma (NBR 12216 de abril/1992).
 - A quantidade de unidades de decantação; incluindo o tempo de detenção no processo de floculação, a taxa de decantação, a velocidade de sedimentação com aplicação de módulos tubulares para decantação, as velocidades e dimensões das tubulações de escoamentos, interligações e drenos; em conformidade com a Norma (NBR 12216 de abril/1992).
 - A quantidade de unidades de filtração; incluindo as taxas de filtração e de lavagem no processo de filtração, as velocidades e dimensões das tubulações de escoamentos, interligações e drenos; em conformidade com a Norma (NBR 12216 de abril/1992).
 - As quantidades e dimensões de unidades de tanques de armazenamentos, bombas dosadoras, painéis elétricos, bombas de captação, bombas de recalque de lodos, tubulações, conexões, válvulas, suportes metálicos, plataformas metálicas e demais materiais e equipamentos necessários para as instalações do sistema de tratamento.

6. MATERIAIS CONSTRUTIVOS: TUBULAÇÕES E PEÇAS

Os tanques deverão ser fabricados em construção soldada de chapa de Aço Carbono SAE 1020, com espessura mínima de 3/16", providos de:

- Olhais externos para suspensão e movimentação;



- Tomadas flangeadas providas de pescoço externo;
- Dreno para total esvaziamento com válvula de descarga de operação externa;
- Boca de inspeção na Câmara de Decantação;
- Escada inclinada que interliga as Câmaras de Floculação, Decantação e Filtração;
- Extravasor que impeça o transbordamento do líquido da Câmara de Decantação.

As soldas principais dos tanques da Estação deverão ser constituídas por cordões contínuos com penetração e fusão totais, sem trincas, mordeduras ou porosidades visuais ou quaisquer reentrâncias, saliências, respingos, etc.

6.1 Revestimento Interno:

As superfícies metálicas não inoxidáveis da ETA, que operem contínua ou eventualmente imersas, deverão receber revestimento protetor anticorrosivo por pintura conforme a seguir:

- Preparação da superfície por desengraxe com solventes, intemperismos e jateamento, a metal quase branco padrão visual Sa 2.½, ISO 85 – 1:1988 (ou SSPC-SP10).
- Aplicação de 150 micra de tinta epóxi de alta espessura seguido de 150 micra de Epóxi- bicomponente curada com poliamida / alta espessura (AWWA) BRANCA

6.2 Revestimento Externo:

As superfícies metálicas não inoxidáveis da ETA, que operem não imersas deverão receber revestimento protetor anticorrosivo por pintura conforme a seguir:

- Preparação de superfície por desengraxe com solventes e jateamento, a metal quase branco padrão visual Sa 2.½, ISO 85 – 1:1988 (ou SSPC-SP10);
- Aplicação de 70 micra de Primer Zarcão seguido de POLIURETANO ALIFÁTICO como acabamento, espessura de 50 micra na película seca, cor verde;
- Todas as tubulações peças, materiais e equipamentos deverão seguir as Normas Técnicas da ABNT e deverão ser adquiridos em empresas qualificadas e estarão sujeitos às inspeções da PMSJVRP.

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Deverão ser fornecidos em 03 (três) vias conforme discriminado abaixo:

7.1 Projeto Básico:

- Fluxograma de Processo;
- Layout;
- Folha de Dados dos Equipamentos;

7.2 Projeto Detalhado:



- Projeto Hidráulico;
- Fluxograma de Tubulação;
- Especificação de Materiais;
- Planta de Tubulações.

7.3 Bases e Estruturas Metálicas:

- Projeto Civil de instalação, com dimensões das bases dos tanques (EXCLUSO CÁLCULO ESTRUTURAL);
- Diagrama de Cargas;
- Plano de Bases.

7.4 Manual de Operação constituído de:

- Descritivo de Processo;
- Instrução de Operação;
- Instrução de Manutenção.

8. RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

- A fabricação da ETA deverá ser de acordo com as normas vigentes, empregando métodos com materiais de boa qualidade e de forma segura;
- Antes do embarque deverá ser feito o devido acabamento, ficando a cargo da fornecedora e montadora a pintura de retoque no campo, se for necessária;
- Deverão ser procedidas proteções e/ou embalagem nas partes, equipamentos e componentes, que assim o requerem para transporte seguro;
- Transporte das unidades, materiais e componentes até o local determinado pela PMSJVRP com descarga dos mesmos (exceto fornecimento do guincho);
- Controle de segurança, na estocagem ou armazenamento, de todas as unidades, materiais e demais equipamentos, correspondentes à montagem da referida ETA;
- Instalação das unidades pré-fabricadas nas bases de operação e execução de todas as interligações entre as fases do processo de tratamento;
- Fornecimento e instalação dos materiais filtrantes nas unidades correspondentes;
- Fornecimento e instalação de dispositivos complementares; válvulas, tubulações, conexões e demais componentes, adequadamente dimensionados para a vazão requerida e velocidade exigidas aos parâmetros hidráulicos da unidade de tratamento;
- Instalação de passarela com guarda-corpo, com materiais adequados e escada com corrimão, para acesso às unidades do tratamento, com aplicações de coberturas anticorrosivas, e demais aplicações com a finalidade de proteger todos os materiais;
- Pintura, proteções, acabamentos internos e externos dos componentes e materiais que fazem parte do conjunto, deverão ter a preparação das superfícies, proteções, condizentes com as áreas em que serão instaladas, e atendendo no que couber as normas técnicas, lembrando que



as pinturas das áreas em contato com a água a tratar, não poderão ser tóxicas e a pintura de acabamento externo das unidades, deverão ser executadas na cor verde;

- Supervisões técnicas e mão de obra para instalação de toda a ETA, bem como de todos os componentes complementares;
- Acompanhamento de teste hidrostático;
- Manual de Operação e manutenção da ETA;
- Start-up da instalação, com execução de testes operacionais e treinamento dos operadores indicados pela Empresa Permissionária dos Serviços de Abastecimento de Água do Município;

9. INSPEÇÃO E TESTES EM FÁBRICA

O objeto do fornecimento deverá ser inspecionado e aprovado pela PMSJVRP ou representante por ela credenciada, antes da entrega definitiva para a montagem no campo e teste de pré- operação.

A PMSJVRP deverá ser informada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, para inspeção visual e dimensional das unidades e componentes que fazem parte deste fornecimento, logicamente tendo em mãos todos os memoriais descritivos e de cálculo.

Os custos decorrentes dos testes serão de única responsabilidade da proponente, devendo estar inclusos no preço do objeto do fornecimento.

O aceite final somente será realizado após os testes de pré-operação.

10. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

Deverão ser fixadas nos costados das unidades de tratamento, placas de identificação, contendo os principais dados dimensionais e de operação. As placas devem ser fixadas por soldagem e laminada ou fundida em metal não sujeito à corrosão atmosférica.

11. MANUAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Deverá ser fornecida, em três vias, o manual de instalação, operação e manutenção, em português, das unidades de tratamento e de todos os componentes constantes em sua área, descrevendo as características hidráulicas e a rotina operacional e de manutenção.

Deverá conter dados técnicos, catálogos, desenhos e demais informações que permitam um melhor entendimento dos materiais e componentes instalados, bem como do processo.

Deverá ainda ressaltar as unidades a serem observadas pela operação, no que diz respeito a sua manutenção e prevenção contra as agressões físicas e/ou químicas.

Deverá ser claro, objetivo e de fácil compreensão, pois objetiva ser utilizado pela unidade operacional.

Seu conteúdo deverá abordar, no mínimo, os seguintes itens:

- Descrição detalhada da concepção do sistema;
- Fluxograma dos processos e descrição das unidades operacionais;
- Instruções detalhadas para as partidas iniciais das unidades;
- Operação das unidades constituintes, indicando ações necessárias ao bom desenvolvimento e rendimento das unidades componentes;



- Manutenção preditiva e preventiva das unidades componentes;
- Unidades necessárias para manutenção da segurança e higiene do trabalho.

12. RECEBIMENTO

Os equipamentos, materiais e componentes deverão ser protegidos contra possíveis danos durante o transporte.

Deverão ser acompanhados de uma listagem com identificação de todos os itens.

A estocagem deverá ser em local seco, fresco e sem poeiras, protegido contra intempéries, seguro e em área suficiente para armazenar todos os equipamentos, materiais e componentes em um só local.

13. ASSISTÊNCIA TÉCNICA A SER FORNECIDA

A vencedora da licitação deverá garantir a Assistência Técnica, para todos os materiais, equipamentos e componentes da Estação de Tratamento de Água (ETA) a ser adquirida, devendo ser a mesma, mencionada na proposta.

14. TERMO DE GARANTIA

Para a Estação de Tratamento de Água (ETA), com todos os materiais, equipamentos e componentes que dela fazem parte constituinte, é exigido do fabricante, garantia pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses a contar da data de início de operação e sob as condições de serviço indicadas anteriormente.

O fabricante deverá apresentar estes Termos assinados por pessoa credenciada, juntamente com a proposta.

Dentro do período desta garantia, as peças defeituosas, terão a substituição gratuita, salvo em decorrência da manutenção inadequada, desgaste normal, avarias ou desgastes decorrentes de negligência ou imperícia dos operadores.

Casos os danos sejam irreparáveis, o fornecedor estará obrigado a substituir a Estação de Tratamento de Água (ETA), afetada, por outra, inteiramente nova, sem qualquer ônus para a PMSJVRP e para a qual deverá haver uma garantia idêntica a anterior.

15. PRÉ-OPERAÇÃO ASSISTIDA

A pré-operação assistida iniciará juntamente com o acompanhamento dos operadores, por ocasião dos serviços de montagem da Estação de Tratamento de Água e compreenderá, por parte do fornecedor, o cumprimento dos seguintes quesitos:

- 15.1** Colocação pelo prazo de 7 (sete) dias, de um operador em regime de turno diário de 8 (oito) horas, que executará as tarefas de rotina pertencentes à ETA;
- 15.2** Supervisão de um técnico responsável pelos serviços de pré-operação, com comprovada experiência na área de tratamento de água, apto a esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir;
- 15.3** Elaboração de um programa de monitoramento, composto por campanhas



regulares de amostragens e análises físico-químicas que objetivarão comprovar o rendimento ou desempenho da Estação de Tratamento de Água em cumprimento à Portaria de Potabilidade Vigente (alguns parâmetros operacionais tais como cor e turbidez).

- 15.4** Portanto, após os serviços de montagem e execução de testes de estanqueidade, testes hidráulicos e possivelmente testes elétricos, deverão ser executadas as funções do sistema.
- 15.5** Todas as anomalias, falhas e interrupções, deverão ser anotadas, com data e horário destes eventos.
- 15.6** Durante o período da pré-operação, o fornecedor deverá manter no local uma equipe para atendimento de manutenções, correções e eventuais problemas que se fizerem necessárias com todos os custos provenientes destes serviços por conta do fornecedor.
- 15.7** Caso qualquer componente da ETA fique defeituoso, a substituição necessária deverá ser feita antes da aceitação final, sem qualquer ônus financeiro ou administrativo para a PMSJVRP.

16. RESPONSABILIDADE DA PMSJVRP:

Serão de responsabilidade da PMSJVRP o fornecimento dos seguintes equipamentos e serviços, conforme abaixo discriminado:

- 16.1** Planta do Local de implantação da ETA;
- 16.2** Projeto civil estrutural das Bases;
- 16.3** Recalque da água bruta e água tratada para consumo, incluindo as tubulações;
- 16.4** Construção de Base Plana, para suportar as dimensões e pesos dos equipamentos, conforme especificação do fabricante;
- 16.5** Guincho / Guindaste ou Munck para colocação da ETA na base e montagens;
- 16.6** Deslocamentos verticais e horizontais de qualquer tipo;
- 16.7** Ponto de água e luz na área durante a montagem;
- 16.8** Alimentação do Quadro de comando elétrico conforme especificação do fornecedor;
- 16.9** Produtos Químicos necessários;
- 16.10** Instrumentações de Laboratório;
- 16.11** Consumíveis;
- 16.12** Peças de reposição;
- 16.13** Aterramentos e para-raios;
- 16.14** Paisagismo;
- 16.15** Todo e qualquer tipo de material ou equipamento que não estiver claramente especificado como sendo de fornecimento da Empresa Contratada.

17. PRAZO DE ENTREGA



A entrega dos projetos e a instalação completa da estação com tanques, equipamentos e demais itens necessários para operação da estação, juntamente com a execução do start-up e operação assistida, deverá ser contada a partir da assinatura do contrato conforme abaixo:

- Projeto: 30 dias
- Equipamentos: 120 dias

O frete até o local da Obra será de responsabilidade da contratada vencedora do certame licitatório.

18. LOCAL DE ENTREGA

Todos os materiais, objeto do fornecimento, deverão ser entregues, preliminarmente, no Centro de Cultura, na Rua Alfredo Jacinto Franco, nº 88, Bairro Centro, Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP 25.780-000. Caso o local definitivo para instalação da ETA esteja definido pelo Poder Executivo e apto para receber o equipamento até o prazo máximo de entrega de todo o material, conforme item 17, o novo local de entrega será comunicado a contrata por meio da Secretaria de Administração.

19. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, em moeda corrente nacional, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data efetiva do evento gerador de pagamento que será caracterizado pela entrega da nota fiscal, emitida no valor total do contrato, após a montagem, testes, operação assistida e recebimento definitivo da ETA, conforme a Especificação Técnica, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

20. ATESTADO TÉCNICO

O fornecedor deverá comprovar através de atestado técnico de fornecimento, que já forneceu, instalou e realizou pré-operação assistida de um sistema de tratamento com características semelhantes às solicitadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

São José do Vale do Rio Preto, 24 de Abril de 2019.

ELUÁ NOGUEIRA TORRES DE ANDRADE
Secretária Municipal de Meio Ambiente



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXXX/2019

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, E DO OUTRO A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

Aos xxx e xxx dias do mês de xxx do ano de xx xxx e xxxx, em repartição competente, atendendo ao despacho exarado no Processo Administrativo nº 1488/2019, compareceram, de um lado como **CONTRATANTE**, o Município de São José do Vale do Rio Preto, Ente de direito público interno, com sede à Rua Cel. Francisco Limongi, 159, Centro, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.001.836/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **GILBERTO MARTINS ESTEVES**, brasileiro, contabilista, portador da CRC/RJ n.º 077/62/0-8, e do CPF n.º 920.134.577-15, residente e domiciliado à Rua Alberto Martins Esteves, nº 33, Novo Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP: 25.780-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, localizada na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, no Município de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada pelo Sr(a).**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), **XXXXXXXXXX** (a), **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portadora da carteira de identidade nº **XXXXXXXXXXXX**, expedida pelo **XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, no Município de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para celebração do presente Contrato, dentro das seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste contrato, aquisição de estação de tratamento de água, compacta, com característica modular, removível, aberta, pré-fabricada, construída em aço carbono, tipo convencional, completa de 120 m³/h, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para fornecimento pela, nos moldes dos anexos I, II, III, IV, V e VI **do pregão nº xx/2019** ao Município de São Jose do Vale do Rio Preto, conforme especificações, quantitativos, marcas e valores especificados abaixo.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/PRODUTO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
X	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	X	X	X	X	X
TOTAL DO FORNECEDOR					R\$ XXXXXXXXXX	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

2.1 O fornecimento ora contratado deverá ser prestado pelo prazo de xx (xxxxxx) dias, após a assinatura do presente contrato, iniciando-se em XX de xxxxx de 2019 e findando-se em xx de xxxxx de 2020.

CLAUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS:

3.1 - O fornecimento dos produtos deste contrato será solicitado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de acordo com a clausula 4.2 deste contrato e deverão obedecer aos prazos e condições elencados, conforme edital e anexos bem como o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

4.1. O objeto deste contrato deverá ser entregue de acordo com a cláusula 4.2.

4.2 As entregas serão realizadas conforme informação abaixo:

SECRETARIA	LOCAL	ENDEREÇO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Centro de Cultura	Rua Alfredo Jacinto Franco, nº 88, Bairro Centro, Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP 25.780-000
HORÁRIO	-	09:30 as 16:00 hs

4.3 As entregas deverão ocorrer com as necessidades informadas na cláusula 4.4 deste contrato, na qual a Secretaria encaminhará os pedidos via e-mail;

4.4 A entrega dos projetos e a instalação completa da estação com tanques, equipamentos e demais itens necessários para operação da estação, juntamente com a execução do start-up e operação assistida, deverá ser contada a partir da assinatura do contrato conforme abaixo:

* Projeto: 30 dias;

* Equipamentos: 120 dias.

4.5 O solicitante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do edital e seus anexos.

4.6 O frete, carga e descarga será por conta do fornecedor até os locais indicados pela Secretaria conforme consta no Termo de Referência.

4.7 O não cumprimento do disposto no item 4.1 a 4.6 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA PAGAMENTO:

5.1- O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data efetiva do evento gerador de pagamento que será caracterizado pela entrega da nota fiscal, emitida no valor total do contrato, após a montagem, testes, operação assistida e recebimento definitivo da ETA, conforme a Especificação Técnica, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato;

5.2- Para processar-se o pagamento, o CONTRATADO deverá dar entrada no Protocolo Geral, do Município munido da documentação necessária, inclusive da Nota de Empenho;

5.2.1- Para atestar o recebimento definitivo dos materiais entregues, a Secretaria solicitante terá o prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;

5.2.2- A Secretaria não poderá receber os materiais diferentes daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato, incluindo a marca e especificações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

6.1 Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ **XXXXXXXXXXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**), sendo os valores unitários os descritos na cláusula 1.2.;

6.2 Neste valor deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO:

7.1. A avaliação da qualidade do material entregue será realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por ocasião do fornecimento do material.

7.1.2 A fiscalização da contratação será exercida pelo, através dos Fiscais deste contrato, conforme informados abaixo:

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente:** Função: xxxxx, Matrícula: xxxxxx.



7.2. A avaliação da qualidade do material não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade do material entregue fora dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações técnicas diferentes dos produtos ofertados.

7.3. A ausência de qualidade dos materiais ensejará em suspensão do pagamento, podendo haver rescisão contratual, conforme análise dos fiscais de contrato informados na cláusula 7.1.2.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE E DO CONTRATADO:

8.1 DO CONTRATANTE:

8.1.1 Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria solicitante e fiscais da Secretaria.

8.1.2 Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização dos materiais entregues e atestar a conclusão das mesmas.

8.1.3 Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais correspondentes às entregas dos materiais para pagamento aceitas pela fiscalização da contratante.

8.1.4 Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

8.1.5 Serão de responsabilidade da PMSJVRP o fornecimento dos seguintes equipamentos e serviços, conforme abaixo discriminado:

8.1.5.1 Planta do Local de implantação da ETA;

8.1.5.2 Projeto civil estrutural das Bases;

8.1.5.3 Recalque da água bruta e água tratada para consumo, incluindo as tubulações;

8.1.5.4 Construção de Base Plana, para suportar as dimensões e pesos dos equipamentos, conforme especificação do fabricante;

8.1.5.5 Guincho / Guindaste ou Munck para colocação da ETA na base e montagens;

8.1.5.6 Deslocamentos verticais e horizontais de qualquer tipo;

8.1.5.7 Ponto de água e luz na área durante a montagem;

8.1.5.8 Alimentação do Quadro de comando elétrico conforme especificação do fornecedor;

8.1.5.9 Produtos Químicos necessários;

8.1.5.10 Instrumentações de Laboratório;

8.1.5.11 Consumíveis;

8.1.5.12 Peças de reposição;

8.1.5.13 Aterramentos e para-raios;

8.1.5.14 Paisagismo;

8.1.5.15 Todo e qualquer tipo de material ou equipamento que não estiver claramente especificado como sendo de fornecimento da Empresa Contratada.

8.2 DA CONTRATADA:

8.2.1 A Contratada obriga-se a:

8.2.2 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

8.2.3 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.4.1 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, o produto com avarias ou defeitos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

8.2.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.2.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.2.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.2.11 Responsabilidades do CONTRATADO:

8.2.11.1 A fabricação da ETA deverá ser de acordo com as normas vigentes, empregando métodos com materiais de boa qualidade e de forma segura;

8.2.11.2 Antes do embarque deverá ser feito o devido acabamento, ficando a cargo da fornecedora e montadora a pintura de retoque no campo, se for necessária;

8.2.11.3 Deverão ser procedidas proteções e/ou embalagem nas partes, equipamentos e componentes, que assim o requerem para transporte seguro;

8.2.11.4 Transporte das unidades, materiais e componentes até o local determinado pela PMSJVRP com descarga dos mesmos (exceto fornecimento do guincho);

8.2.11.5 Controle de segurança, na estocagem ou armazenamento, de todas as unidades, materiais e demais equipamentos, correspondentes à montagem da referida ETA;

8.2.11.6 Instalação das unidades pré-fabricadas nas bases de operação e execução de todas as interligações entre as fases do processo de tratamento;

8.2.11.7 Fornecimento e instalação dos materiais filtrantes nas unidades correspondentes;

8.2.11.8 Fornecimento e instalação de dispositivos complementares; válvulas, tubulações, conexões e demais componentes, adequadamente dimensionados para a vazão requerida e velocidade exigidas aos parâmetros hidráulicos da unidade de tratamento;

8.2.11.9 Instalação de passarela com guarda-corpo, com materiais adequados e escada com corrimão, para acesso às unidades do tratamento, com aplicações de coberturas anticorrosivas, e demais aplicações com a finalidade de proteger todos os materiais;

8.2.11.10 Pintura, proteções, acabamentos internos e externos dos componentes e materiais que fazem parte do conjunto, deverão ter a preparação das superfícies, proteções, condizentes com as áreas em que serão instaladas, e atendendo no que couber as normas técnicas, lembrando que as pinturas das áreas em contato com a água a tratar, não poderão ser tóxicas e a pintura de acabamento externo das unidades, deverão ser executadas na cor verde;

8.2.11.11 Supervisões técnicas e mão de obra para instalação de toda a ETA, bem como de todos os componentes complementares;

8.2.11.12 Acompanhamento de teste hidrostático;

8.2.11.13 Manual de Operação e manutenção da ETA;



- 8.2.11.14 Start-up da instalação, com execução de testes operacionais e treinamento dos operadores indicados pela Empresa Permissionária dos Serviços de Abastecimento de Água do Município;
- 8.2.11.15 Deverão ser fixadas nos costados das unidades de tratamento, placas de identificação, contendo os principais dados dimensionais e de operação. As placas devem ser fixadas por soldagem e laminada ou fundida em metal não sujeito à corrosão atmosférica.
- 8.2.11.16 Os equipamentos, materiais e componentes deverão ser protegidos contra possíveis danos durante o transporte.
- 8.2.11.17 Deverão ser acompanhados de uma listagem com identificação de todos os itens.
- 8.2.11.18 A estocagem deverá ser em local seco, fresco e sem poeiras, protegido contra intempéries, seguro e em área suficiente para armazenar todos os equipamentos, materiais e componentes em um só local.
- 8.2.11.19 A CONTRATADA deverá garantir a Assistência Técnica, para todos os materiais, equipamentos e componentes da Estação de Tratamento de Água (ETA) a ser adquirida, devendo ser a mesma, mencionada na proposta.
- 8.2.11.20 A CONTRATADA para a Estação de Tratamento de Água (ETA), com todos os materiais, equipamentos e componentes que dela fazem parte constituinte, é exigido do fabricante, garantia pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses a contar da data de início de operação e sob as condições de serviço indicadas anteriormente.
- 8.2.11.20 A CONTRATADA deverá apresentar estes Termos de Garantia assinados por pessoa credenciada, juntamente com a proposta.
- 8.2.11.21 A CONTRATADA deverá garantir, dentro do período, que as peças defeituosas, terão a substituição gratuita, salvo em decorrência da manutenção inadequada, desgaste normal, avarias ou desgastes decorrentes de negligência ou imperícia dos operadores.
- 8.2.11.22 Casos os danos sejam irreparáveis, a CONTRATADA estará obrigada a substituir a Estação de Tratamento de Água (ETA), afetada, por outra, inteiramente nova, sem qualquer ônus para a PMSJVRP e para a qual deverá haver uma garantia idêntica a anterior.
- 8.2.11.23 A pré-operação assistida iniciará juntamente com o acompanhamento dos operadores, por ocasião dos serviços de montagem da Estação de Tratamento de Água e compreenderá, por parte da CONTRATADA, o cumprimento dos seguintes quesitos:
- 8.2.11.23.1 Colocação pelo prazo de 7 (sete) dias, de um operador em regime de turno diário de 8 (oito) horas, que executará as tarefas de rotina pertencentes à ETA;
- 8.2.11.23.2 Supervisão de um técnico responsável pelos serviços de pré-operação, com comprovada experiência na área de tratamento de água, apto a esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir;
- 8.2.11.23.3 Elaboração de um programa de monitoramento, composto por campanhas regulares de amostragens e análises físico-químicas que objetivarão comprovar o rendimento ou desempenho da Estação de Tratamento de Água em cumprimento à Portaria de Potabilidade Vigente (alguns parâmetros operacionais tais como cor e turbidez).
- 8.2.11.23.4 Após os serviços de montagem e execução de testes de estanqueidade, testes hidráulicos e possivelmente testes elétricos, deverão ser executadas as funções do sistema.
- 8.2.11.23.5 Todas as anomalias, falhas e interrupções, deverão ser anotadas, com data e horário destes eventos.
- 8.2.11.23.6 Durante o período da pré-operação, a CONTRATADA deverá manter no local uma equipe para atendimento de manutenções, correções e eventuais problemas que se



fizerem necessárias com todos os custos provenientes destes serviços por conta da CONTRATADA.

- 8.2.11.23.7 Caso qualquer componente da ETA fique defeituoso, a substituição necessária deverá ser feita antes da aceitação final, sem qualquer ônus financeiro ou administrativo para a PMSJVRP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária sendo Reservas Orçamentárias n.ºs.: 824/2019 PROJETO ATIVIDADE 2.074 ELEMENTO 4.4.90.51.00.00.00.00.0002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DAES e 839/2019 PROJETO ATIVIDADE 2.074 ELEMENTO 4.4.90.51.00.00.00.00.00.0002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DAES.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

10.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e a ampla defesa:

11.2 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

11.1.2 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

11.1.3 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

11.3 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.4 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

11.7 – Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

11.7.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

11.7.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

11.7.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

11.7.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.8 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

11.9 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

11.9.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente.

12.2 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

São José do Vale do Rio Preto, xx de xxxxxxxxx de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Contratante

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito Municipal

CPF: 920.134.577-15

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA
DE PEQUENO PORTE**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____.

....., inscrita no CNPJ no ..
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no
....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta
empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº
123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os envelopes de
Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas que pretenderem se
beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º
123/2006.